

O SÍTIO DO FORTE DE SÃO PAULO

ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA RIBEIRA OCIDENTAL DE LISBOA NA ÉPOCA MODERNA

SARA FERREIRA Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH/UNL-UAc, sara.isabel91@hotmail.com
ANDRÉ BARGÃO Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH/UNL-UAc, andrebargao@gmail.com

RESUMO O presente trabalho tem como objetivo a análise arqueológica do forte de São Paulo, edificado na antiga freguesia homónima, em Lisboa, a partir da segunda metade do século XVII.

Partindo do estudo dos vestígios arqueológicos associados à estrutura militar exumados no Mercado da Ribeira e na Praça D. Luís I, proceder-se-á à caracterização arquitetural e à análise do espólio, visando a compreensão da dinâmica estratigráfica, bem como a perceção da implementação geoestratégica inerente à sua construção. Paralelamente pretende-se que os dados obtidos permitam uma melhor perceção da diacronia ocupacional desta área ribeirinha de Lisboa, fulcral na expansão marítima portuguesa.

PALAVRAS CHAVE Séculos XVII-XIX, defesa, fortificações marítimas, Ribeira de Lisboa, aterros

ABSTRACT This work aims to analyse the archaeological remains of the Fort of São Paulo, built in the homonymous old parish (Lisbon), from the second half of the 17th century onwards.

Based on the study of the archaeological structures found in Mercado da Ribeira and Praça D. Luís I excavations, we will assess its architectural and artefacts characteristics, in connection to the stratigraphical dynamics, as well as the geostrategic implementation of its construction.

Simultaneously, the data recorded allows us to better understand the diachrony of the occupation of this area. This way we intend to contribute to the knowledge of Lisbon's riverside during the maritime Portuguese expansion.

KEYWORDS 17th-19th centuries, defense, coastal fortifications, Ribeira de Lisboa, land leveling

INTRODUÇÃO

A análise das realidades arqueológicas do forte de S. Paulo, edificado na antiga freguesia homónima de Lisboa, partiu das intervenções realizadas no interior Mercado da Ribeira (2003-2004) e na Praça D. Luís I (2011-2012) ambas a cargo da empresa ERA – Arqueologia, S.A., sendo a última intervenção efectuada em colaboração com o CHAM. Os dados reunidos permitiram aferir cronologias à estrutura, mas também, depreender a diacronia ocupacional do espaço (figura 1).

A CIDADE DE ÉPOCA MODERNA E A FREGUESIA DE S. PAULO

No advento da Expansão Portuguesa, a cidade expandiu-se em direcção à foz do Tejo, acompanhando a construção de uma rede de infra-estruturas de apoio ao comércio ultramarino. O gigantismo atingindo pelo perímetro urbano, rompeu com a delimitação estabelecida pela muralha fernandina, que atendendo aos avanços incrementados pela pirobalística, encontrava-se à época, ultrapassada.

A actualização da urbe ao disparo de bocas-de-fogo, ensaiada nos finais do século XV, com a construção da Torre Velha da Caparica, encontrou-se focada na edificação de um conjunto de fortificações entre Belém a Cascais. Contudo, o encetar do clima de tensão bélica



1. Localização das intervenções arqueológicas na Praça D. Luís I (a Oeste) e no interior do Mercado da Ribeira (a Este) (adaptado de C.M.P. 1:25 000, Folha 431 – excerto).

com Castela após 1640, conduziu à criação de um organismo encarregue das questões militares do reino, designado por “Conselho de Guerra”.

Sobre o cunho do *Conselho* fora idealizado o erguer de uma cerca abaluartada, composta por 32 baluartes, sobre o perímetro urbano definido pelo levantamento topográfico de José Nunes Tinoco. O projecto, designado por “Linha Fundamental de Fortificação”, contornaria Lisboa a Norte, entre o Arco do Carvalhão, S. Sebastião da Pedreira e o Alto de S. João, fechando a cidade junto ao Tejo; a Oeste no Vale de Alcântara; e a Este na Cruz da Pedra, em Santa Apolónia (Rossa, 1990, p. 31-32).

No ano de 1652, os trabalhos de fortificação iniciaram-se focados na construção dos baluartes de Alcântara e Santa Apolónia. Porém, em 1656 a inspecção das obras realizada pelo General Schomberg, classificou-as de ultrapassadas e impossíveis de erguer, face ao financiamento disponível. Deste modo, a defesa da urbe fora repensada, circunscrevendo-se à salvaguarda das actividades marítimo-portuárias. Assim, em 1662 a Câmara de Lisboa decreta a continuidade dos trabalhos, focando-os na construção dos baluartes: S. João de Deus; S. Paulo; Remolares; e acrescentar aos já erguidos, baluartes de Alcântara e Santa Apolónia e Terreiro do Paço, datado de 1626 (Oliveira, 1904, p. 1904).

Relativamente ao sítio de S. Paulo, considera-se que a fixação populacional da área ocorreu nos finais do século XV, aquando da expansão do perímetro da cidade. A aproximação à foz do Tejo vinculou a apetência marítima do núcleo do povo. Em consequência, em 1649, foi edificada no local a "Junta da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil". As actividades a si conectadas salientaram a necessidade de guarnecer o local, construindo-se a Este, o forte de S. Paulo, na segunda metade do século XVII. Todavia, no ano de 1720 as actividades da Junta cessaram, para os seus edifícios fora transferida no mesmo ano a Casa da Moeda, que incutiu à estrutura militar a salvaguarda das actividades de cunhagem (Murteira, 1994, p. 316).

A descrição arquitectónica do forte de S. Paulo, anterior à catástrofe de 1755, assenta nas representações iconográficas realizadas à cidade. Nestas fora reproduzido sobre um formato triangular, encimada no vértice Sul por uma pequena guarita. A partir de 1755, o edifício é alvo de múltiplas ampliações, adquirindo um formato rectangular, que o aproximou da Casa da Moeda, mantendo-se assim, até ao final da primeira metade do século XIX.

A PRAÇA DE D. LUÍS I (2011-2012)

A mais recente identificação dos vestígios do forte de S. Paulo ocorreu aquando dos trabalhos arqueológicos realizados na Praça D. Luís I, localizada na actual freguesia da Misericórdia, em Lisboa. A intervenção permitiu identificar uma vasta panóplia de estruturas de interface do período moderno, destacando-se no canto Nordeste da praça, o registo de dois paramentos em alvenaria de silhares, com uma planta em "L" (Sarrazola *et al.*, 2013, p. 146-143) (figura 2).



2. Registo fotográfico da evidência do forte de S. Paulo (Fonte: ERA – Arqueologia, S.A.).

A sobreposição georreferenciada dos vestígios, na cartografia oitocentista disponível, permitiu constatar a incidência dos paramentos num compartimento anexo à estrutura militar.

OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

O estudo do acervo artefactual circunscreveu-se ao perímetro definido pelos paramentos, para a percepção das diferentes dinâmicas construtivas da estrutura anexa. Nos depósitos anteriores à sua edificação foi possível reunir um conjunto de 116 formas de pão-de-açúcar (NMI – *Número Mínimo de Individuos*).

Na observação do conjunto de exemplares, depreende-se a existência de dois grupos de fabrico de pastas semelhantes, distinguíveis pelo acabamento de superfície a que os exemplares foram alvo. Os espécimes apresentam uma pasta composta por abundantes elementos não plásticos de calibre fino, nomeadamente quartzo, calcário, mica e partículas de óxido de ferro de cor escura, com cozeduras realizadas em ambientes redutores-oxidantes. Contudo, em 85 peças verificou-se a presença de uma aguada de tonalidade alaranjada/avermelhada (PDL11/12-[6005]Sd.3-111), sendo os restantes 31 exemplares, revestidos por aguadas de cor acinzentada/violácea (PDL11/12-[6005]Sd.3-110). A globalidade do conjunto apresenta morfologias de bordo simples, não emoldurado, com diâmetros compreendidos entre os 18 e os 32 cm. As características formais, anteriormente descritas, permitem-nos integrar o conjunto no "Tipo III" da tipologia avançada para a cidade de Machico, que aponta como proveniência provável das argilas, os barreiros da região de Aveiro (Sousa, 2005, p. 309-310).

A presença do conjunto cerâmico descrito parece correlacionar-se, com o Alvará de 14 de Julho de 1751, no qual é consentido ao britânico Christiano Henriques Smith, o estabelecimento de uma refinaria de açúcar no largo da igreja de S. Paulo. Decerto, a localização indicada da manufactura beneficiaria da proximidade da Junta do Comércio, à qual afluíam os excedentes do pão-de-açúcar brasileiro (Macedo, 1940, p. 124-125).

A cronologia avançada à construção dos paramentos, pela presença de materiais correlacionados com a refinaria, aponta uma datação posterior a 1751. Estes dados são corroborados pela presença de outros materiais, associados em estratigrafia, com datações de fabrico afinadas entre os finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Este quadro integra, a identificação de produções europeias em grés, de que é exemplo o fragmento (PDL11/12-[6001/6011]-096), com uma pasta cinzenta clara, sobre a qual se aplicou um vidrado de sal de cor castanha, alternado por manchas de tonalidade esverdeada, característico das produções inglesas setecentistas, designadas por *Fulham Wares* (Hume, 1970, p. 113). Assim como, o fundo de garrafa (PDL11/12-[5074]-078), com uma pasta cinzenta, revestido por um vidrado de sal azul, idêntico aos recipientes líquidos produzidos nas oficinas de Westerwald, na Alemanha, a partir da segunda metade do século XVII (Hinton, 2012, p. 6-11).

À datação dos paramentos acresce a identificação de dois indivíduos (PDL11/12-[5074]-069 e PDL11/12-[5074]-070) mais recentes, enquadráveis nas produções inglesas designadas por *Creamware*, produzidas entre 1762-1820. Ambos apresentam uma pasta compacta e homogénea, com uma tonalidade creme, concebidos pelo polvilhamento de pó de chumbo sobre o biscoito da peça (Hume, 1970, p. 123-125).

No que concerne aos depósitos de implementação e preenchimento da estrutura, ressalta-se a escassez de espólio recolhido, facto que poderá assentar na remoção mecânica destas unidades estratigráficas (U.E.), condicionantes às possíveis leituras. Acrescenta-se ainda o cruzamento de uma construção de saneamento, que destruiu parte da estrutura em análise, em meados do século XIX. Deste modo, consideramos que a cronologia possível de avançar à edificação dos paramentos, aponta para o decorrer da segunda metade do século XVIII, assente na presença dos descartes da refinaria de açúcar de Christiano Smith e dos fragmentos de *Creamware*.

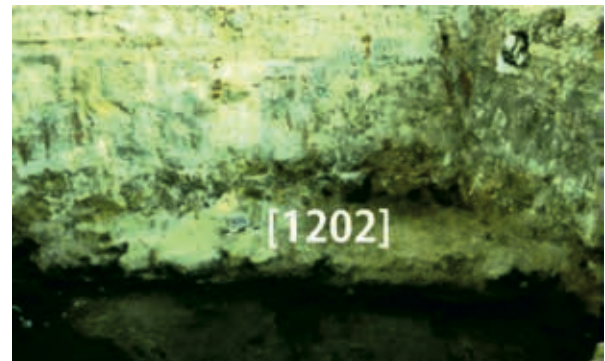
O MERCADO DA RIBEIRA (2003-2004)

Nos anos de 2003 e 2004, no âmbito da remodelação interna da ala Este do Mercado da Ribeira, situado na actual freguesia da Misericórdia (Lisboa), fora intervenida uma área de 765 m², dividida no terreno em dois sectores. Ao longo do Sector 2, foi identificado o Cais de S. Paulo (Gomes, 2014), ao passo que, na extremidade Noroeste do Sector 1, registou-se um dos paramentos do forte de S. Paulo (Charnoca *et al.*, 2005).

A composição do paramento, aquando do registo arqueológico, apresentava um acabamento irregular e heterógeno (6,86 x 2,43 m). A configuração assinalada poderá prender-se com as dinâmicas estratigráficas de anulação da estrutura embora, possa também elucidar a presença não de um paramento, mas do miolo do lanço Este do forte de S. Paulo. Este facto pode ser comprovado pela sobreposição georreferenciada do vestígio na cartografia oitocentista disponível (figura 3). A exiguidade e irregularidade do paramento, a par da complexa estratigrafia em associação, conduziram à selecção de todas as U.E.'s do Sector 1 a si conectadas. Deste modo, foi reunido um vasto universo composto por 7726 NMI, referentes a 12 975 fragmentos. A análise do conjunto foi repartido por categorias de produção, nas quais se procuraram salientar os elementos que permitissem atribuir uma cronologia aos materiais (figura 5).

OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

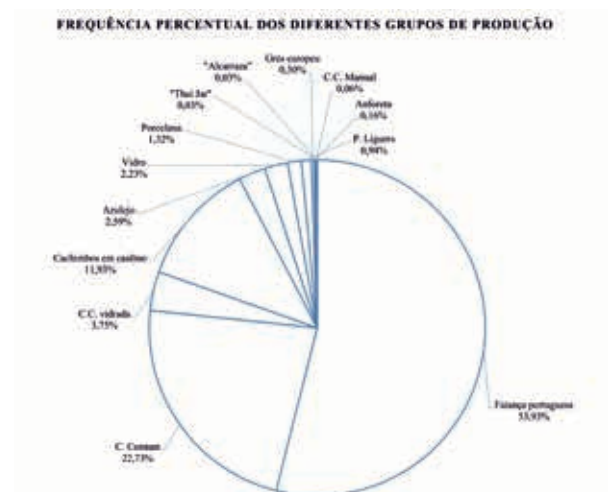
No universo analisado destacam-se, com a maior incidência percentual (53,93%), as produções portuguesas de vidrados estaníferos, designadas por faianças portuguesas. Os 4 167 NMI contabilizados circunscrevem-se, na sua maioria, a formas individuais de mesa como: pratos; tigelas e covilhetes. Apresentam decorações simples a azul e manganês, características das produções da segunda metade do século XVII e do decorrer século XVIII, nomeadamente: semicírculos con-



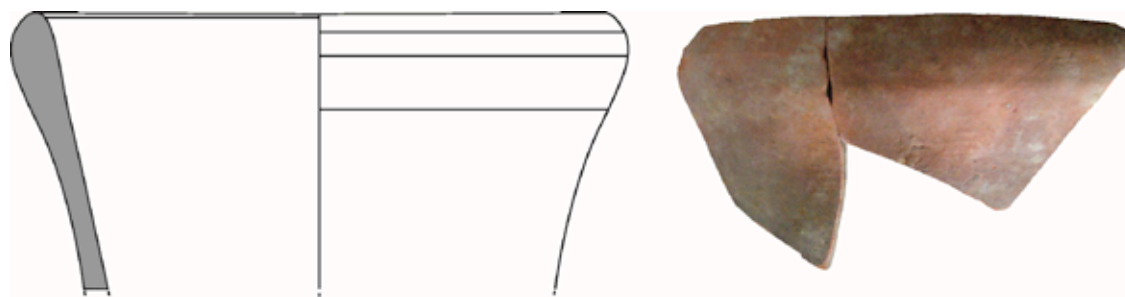
3. Registo fotográfico do vestígio de paramento do forte de S. Paulo [1202] (adaptado de ERA – Arqueologia, S.A.).



4. Pormenor e sobreposição georreferenciada dos vestígios do forte de S. Paulo, identificados na actual Praça D. Luís I em 2011-2012 (Oeste), e do lance da estrutura presente no levantamento gráfico da intervenção de 2003-2004 no Mercado da Ribeira (Este), ao levantamento topográfico de Filipe Folque de 1856 (adaptado de ERA – Arqueologia, S.A. e Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.480).



5. Frequência percentual dos diferentes grupos de produção identificados nos depósitos de aterro do Sector 1 (NMI) do Mercado da Ribeira.



PDLI11/12-[6005]Sd. 3-111



PDLI11/12-[6005]Sd. 3-110



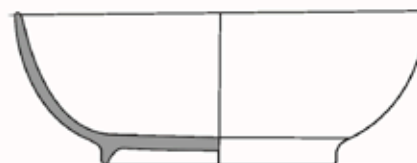
PDLI11/12-[5074]-070



PDLI11/12-[6001/6011]-096



PDLI11/12-[5074]-078



PDLI11/12-[5074]-069





cêntricos; três contas (MRLX03/04-[1224]-064); faixas barrocas; desenho miúdo e aranhões a manganês (Casimiro, 2013, p. 351-367).

Seguindo-se as produções em cerâmica comum (1 756 NMI, 22,73%) e vidradas (290 NMI, 3,75%), circunscritas a tipologias alusivas à confecção (MRL03/04-[1231]-091) e armazenamento de alimentos, acrescentando-se os recipientes de apoio à cozinha. No âmbito dos vidrados plumbíferos o reportório restringe-se, na sua generalidade, a alguidares (MRLX03/04-[1072]-095) e bispotes, cujos vidrados conferiam à peça, impermeabilidade e higienização da sua funcionalidade.

Em termos numéricos, seguem-se os 922 fragmentos de cachimbos em caulino, já publicados, provenientes dos centros produtores britânicos e holandeses. Os exemplares apresentam características formais, decorativas e demarcações de centros produtores, datáveis dos finais do século XVII e da primeira metade do século XVIII (Pinto *et al.*, 2011, p. 41-47).

Nas realidades arqueológicas em análise, foram igualmente reunidos, 200 fragmentos (2,59%) de azulejo do tipo majólica. Em termos técnicos e decorativos, utilizam os pigmentos de roxo de manganês; amarelo de chumbo e azul de cobalto, datáveis da segunda metade do século XVII e primeiras décadas do século XVIII (Museu Nacional do Azulejo, p. 2).

Atendendo aos materiais vítreos exumados, fora contabilizada a presença de 172 NMI (2,23%), repartíveis pelas formas de frascos, vidraças e garrafas cilíndricas. Estas últimas, em maior número entre o subconjunto, foram executadas a pontel (MRLX03/04-[1056]-210) e apresentam marisas de secção subtriangular (MRLX03/04-[1066]-208), elementos característicos das produções vítreas do século XVIII (Medici, 2011, p. 337).

O conjunto contempla ainda, 102 NMI (1,32%) de porcelana chinesa, com um vasto espectro técnico e cronológico. Em associação estratigráfica, com decorações características dos finais do século XVII e XVIII, “Família Verde” (MRLX03/04-[1304]-164) e *Imari* chinês (MRLX03/04-[1217]-177), surgem em menor número, exemplares seiscentistas com decorações em medalhões centrais (MRLX03/04-[1182]-166) (Matos, 2003, p. 17-20). Em termos formais, o subconjunto de porcelanas é maioritariamente composto por recipientes associados à degustação de alimentos sólidos e líquidos, destacando-se as “pequenas tigelas/copos”, nas quais eram ingeridas bebidas quentes, segundo o modelo oriental (Jorg, 2011, p. 93).

No conjunto em análise, ressalta a individualização de um subconjunto composto por 73 NMI (0,94%), com pastas depuradas de cor amarelada, revestidas por um esmalte de cor azul-esverdeada, com tipologias alusivas a formas de mesa (MRLX03/04-[1232]-186). Apresentam decorações referentes à cenografia Barroca, com a representação de elementos florais, arquitetónicos e cenas mitológicas, cujas características descritas, permitem integrá-los nas produções de Albisola, Savona e Génova, dos finais do século XVII e do decorrer do século XVIII (Beltrán e Miró, 2010, p. 26-27).

Sobre os indivíduos com uma pasta em grés, foram contabilizadas 23 peças (NMI, 0,30%), provenientes de

quatro centros europeus da actual Alemanha e Inglaterra, com tipologias alusivas a contentores de líquidos. Os exemplares ingleses, designados por *White Salt-glazed* (MRLX03/04-[1210]-133), apresentam uma pasta e superfície totalmente branca, com uma datação apontada para a primeira metade do século XVIII (Edwards e Hampson, 2005, p. 24). Com a mesma proveniência, e com uma cronologia de fabrico estabelecida entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, encontram-se as peças designadas por *Fulham Wares* ou *Brown Salt Glazed* (MRLX03/04-[1210]-129). Estas últimas apresentam uma pasta cinzenta clara, com uma textura granulada, sobre a qual foi aplicado um vidrado de sal castanho, variável entre os tons de amarelo e verde (Green, 1971-1979, p. 109-151). Proveniente das oficinas setecentistas de Nottingham (MRLX03/04-[1232]-139), são os exemplares que apresentam uma pasta alaranjada, com uma superfície coberta por um vidrado, brilhante e metálico, de cor castanha (Hume, 1970, p. 180).

Por fim, originários das oficinas de Westerwald da Alemanha, entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, encontram-se os indivíduos com pastas de cor cinzenta, sobre a qual foi aplicado um vidrado de sal, brilhante e lustroso, com cores a azul de cobalto e roxo de manganês (MRLX03-[1201]-132) (Hinton, 2012, p. 6-11).

No universo em estudo, foram contabilizadas 12 anforetas/*olive jars* (0,16%), com pastas porosas e acabamentos de superfície esbranquiçados, integráveis nas produções da Bacia do Guadalquivir (MRLX03/04-[1244]-147) (Avery, 1997, p. 131-132). As características morfológicas, observadas na extremidade superior dos exemplares, permitem classificá-los como pertencentes ao “Estilo Médio” (1580-1800) da tipologia de Goggin (1960, p. 4-23).

Atendendo ao espectro cronológico em análise, destacam-se na globalidade do conjunto, 19 fragmentos (5 NMI, 0,06%) fabricados manualmente, referentes a painelas (MRLX03/04-[1337]-046) e uma forma aberta não identificada. Apresentam pastas escurecidas, confeccionadas em ambientes redutores, com abundantes inclusões de elementos não plásticos de pequeno e médio calibre, com superfícies brunidas, finalizadas por um engobe de tonalidades acastanhadas-avermelhadas. O conjunto do Mercado da Ribeira apresenta como paralelos, outros exemplares exumados em intervenções realizadas ao longo da cidade de Lisboa, de que são exemplo: o Beco das Barrelas (Oliveira, 2012, p. 133) e a Rua da Saudade, n.º 2 (Simões, 2015, p. 151-160), inseridos em estratigrafias datadas da segunda metade do século XVIII.

Entre o restante espólio em estudo, destacamos um pequeno subconjunto composto por 10 fragmentos (2 NMI; 0,03%), executado através de uma pasta porosa de matriz calcária, com uma superfície de tonalidade esbranquiçada e uma decoração impressa, composta por semicírculos denticulados (MRLX03/04-[1224]-244). As características técnicas e decorativas descritas permitem-nos integrar os exemplares, nas produções sevillhanas de recipientes líquidos, designadas por *al-carrazas* (Pleguezuelo, 2000, p.134-136). As pastas

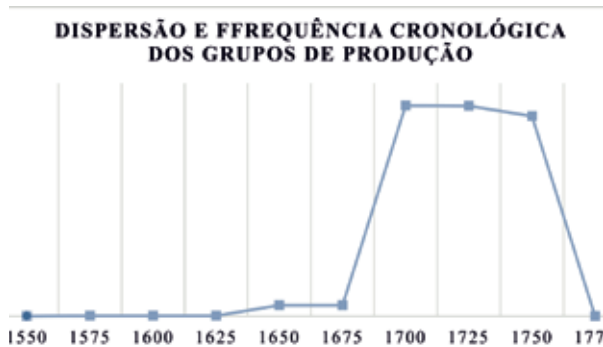
porosas dos exemplares absorviam parte dos líquidos armazenados no seu interior, mantendo-os frescos, assumindo-se como importantes peças para a refrigeração de água durante o verão, entre os finais do século XVII e o decorrer do século XVIII (Amores e López, 2009, p. 563-573).

Por fim, surgem ainda oito fragmentos de grés (2 NMI; 0,03%), com uma pasta de tonalidade bege, revestidos por um vidrado castanho-escuro baço (MRLX03/04-[1015]-041). Apontam uma tipologia de globular, referente a um grande pote de colo curto com um lábio de secção subquadrangular. Idênticos aos exemplares produzidos nos fornos de Sawakhalok, província norte da actual Tailândia, entre os finais do século XIV até meados de 1584 (Craig, 2013, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O estudo das realidades arqueológicas, em torno da estrutura militar de S. Paulo, permitiu depreender diversas hipóteses. Primeiramente, que a estrutura identificada no subsolo da Praça D. Luís I aponta para uma cronologia de edificação posterior à segunda metade do século XVIII. A sobreposição georreferenciada do vestígio, na cartografia de 1856, permitiu-nos levantar como hipótese tratar-se de uma estrutura anexa ao Forte de S. Paulo; estrutura essa, referente a um cais, pelo qual seriam escoadas as peças de artilharia fundidas em *Cata-que-farás* (Vidal, 1994, p. 103-104).

A par desta hipótese, as realidades arqueológicas analisadas no interior da ala Este do Mercado da Ribeira, permitiram verificar uma homogeneidade cronológica, entre as diferentes categorias de produção, demonstrativa de um momento de aterro intencional de todo o Sector 1, ocorrido num só momento, em meados da segunda metade do século XVIII (figura 6). No que respeita, ao paramento Este do Forte de S. Paulo, a inexistência de um registo estratigráfico aos níveis fundacionais do mesmo, inviabilizado pela logística, condicionou a atribuição de uma cronologia de edificação. Decerto, o cruzamento dos diferentes dados estratigráficos e altimétricos indicam-nos que, aquando do processo de aterro do espaço, o vestígio não foi subterrado, podendo ter pré-existido ou ter sido edificado sobre o aterro.



6. Dispersão e frequência cronológica dos diferentes grupos de fabrico analisados em NMI, recolhidos nos depósitos de aterro do Sector 1 (quartel) do Mercado da Ribeira.

Os dados apresentados sugerem que a estrutura sofrera uma ampliação, em meados da segunda metade século XVIII, bem como, que o processo de aterro objetivou o nivelamento do espaço, para a construção de outras estruturas. No levantamento topográfico executado à cidade em 1780, repetido no levantamento de 1856, confirma-se a ocupação do espaço a Este da estrutura militar. Assim como, a nova configuração rectangular do Forte de S. Paulo. Contíguo a si, e a Sudeste do Cais de S. Paulo, verifica-se a construção do *Mercado da Ribeira Nova*, datado o Cais da segunda metade do século XVIII (Gomes, 2014, p. 72-75) (figura 4).

Relativamente ao universo artefactual analisado, este constituiu um ilustrativo exemplo dos quotidianos da Ribeira Ocidental, balizados no decorrer do século XVIII, sendo composto pelos descartes integrados nas diferentes dinâmicas estratigráficas, articuladas com as realidades arqueológicas do Forte de S. Paulo.

A primeira reflexão ao conjunto prende-se na incidência quantitativa das produções nacionais, nomeadamente das faianças portuguesas, reduzidas a formas de mesa individuais, para a degustação de alimentos, tais como: pratos, tigelas e covilhetes. Paralelamente, para a confecção alimentar, o acervo circunscreve-se às produções em barro vermelho, através das variantes formais de: tachos, panelas, caçoilas e fogareiros. Ao passo que, os exemplares revestidos por vidrados plumbíferos, assomam percentualmente, em formas cuja funcionalidade da peça exigia a impermeabilidade do vidrado, como: os alguidares, de apoio à cozinha; as bacias, destinadas à higiene pessoal e os bispotes, de fins sanitários.

Em menor frequência, entre a globalidade do conjunto, foram identificadas produções exógenas de datações mais dilatadas, que incita o carácter excepcional da sua utilização nos quotidianos setecentistas. Seriam possivelmente peças manuseadas com o maior cuidado, atingindo uma maior longevidade no registo arqueológico. Neste grupo, encontram-se as produções esmaltadas, por um azul-esverdeado, dos centros produtores da Ligúria e as porcelanas da China. O relatório formal dos dois subconjuntos abrange, uma vez mais, maioritariamente formas individuais de mesa.

Analogamente, as diferentes produções em grés europeias registadas, evocam tipologias referentes a contentores de líquidos individuais. Por outro lado, as produções em grés do Extremo Oriente restringem-se a grandes contentores de armazenamento de derivados alimentares, funcionalidade essa, que integra no mesmo sentido, o conjunto de anforetas andaluzas identificado.

No conjunto de materiais analisados, sobressaem ainda, os hábitos disseminados aos quotidianos europeus, resultantes das viagens transatlânticas. De que é exemplo, a vulgarização do consumo de tabaco, testemunhado no significativo conjunto de cachimbos em caulino recolhido. Assim como, o consumo de açúcar atestado pelos fragmentos de formas de pão-de-açúcar, a que se associam indirectamente, as pequenas tigelas ou copos, destinados à degustação das bebidas quentes do "Novo Mundo", como: o chá; o café e o chocolate.

Por fim, sobre a estrutura militar que guarneceu a praia de S. Paulo, a partir da segunda metade do século XVII, a sua anulação adveio das diferentes dinâmicas urbanísticas, que estrangularam progressivamente, os seus paramentos pétreos. A partir da segunda metade do

século XIX, a reestruturação urbana da frente ribeirinha de Lisboa, desmantelou e subterrou o Forte de S. Paulo. Sobre os seus escombros rasgou-se a Avenida 24 de Julho, definiu-se a Praça D. Luís I e construiu-se o edifício do Mercado da Ribeira.

BIBLIOGRAFIA

- AVERY, G. (1997) – *Pots as packagings: The Spanish Olive Jars and Andalusian Transatlantic Commercial Activity, 16th-18th Centuries*. Gainesville: University of Florida (PhD Thesis).
- BELTRÁN, J.; MIRÓ, N. (2010) – *The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, Institut de Cultura.
- AMORES, F.; LÓPEZ, P. (2009) – Las cerámicas finas-alcarrazas brancas de Sevilla en la Edad Moderna: la expresión barroca de una tradición almohade. In CRUZ-AUÑÓN, R.; FERRER, E., coords., *Estudios de Prehistoria y Arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez*, Vol. 1. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 563-573.
- CASIMIRO, T. (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 16, p. 351-367.
- CHARNOCA, C.; MIGUEL, L.; PINTO, M. (2005) – *Mercado da Ribeira: Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*. Relatório depositado na Direcção-Geral do Património Cultural (Lisboa).
- CRAIG, J. (2013) – Southeast Asian and Chinese Ceramics in the Shipwreck Galleries: the Abbott Collection Catalogue. *Report – Department of Maritime Archeology*, 320, p. 1-31.
- EDWARDS, D.; HAMPSON, R. (2005) – *White Salt-Glazed Stoneware of the British Isles*. Woodbrige Suffolk: Antique Collectors' Club.
- FERREIRA, S. (2015) – *O sítio do forte de São Paulo: estudo arqueológico da Ribeira Ocidental de Lisboa na época moderna*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- GOGGIN, J. (1960) – *The Spanish Olive Jars: an Introductory Study*. New Have: Yale University Publications.
- GOMES, A. (2014) – *Os caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- GREEN, C. (1971-1979) – *John Dwight's Fulham Pottery*. London: English Heritage.
- HINTON, J. (2012) – *The Art of German Stoneware 1300-1900: from the Charles W. Nichols collection and Philadelphia Museum of Art*. Philadelphia: Yale University Press.
- HUME, I. (1970) – *A guide to artifacts of colonial America*. New York: Alfred A. Knopf.
- JORG, C. (2011) – *Famille Verte – Chinese Porcelain in green enamels*. Belgium: BAI-Shoten Grianger Museum.
- LIMA, D. (1951) – O forte de S. Paulo ou da Tenência em 1793. *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, n.º 53, p. 12-18.
- MACEDO, L. (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés – subsídios para a história das vias públicas da cidade*. Vol. II. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- MACEDO, M.; SARRAZOLA, A. (2012) – *Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*. Relatório depositado na Direcção-Geral do Património Cultural (Lisboa).
- MATOS, M. (2003) – *Porcelana chinesa na colecção Calouste Gulbenkian/Chinese Porcelain in the Calouste Gulbenkian Collection*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MEDICI, T. (2011) – O espólio vítreo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 14, p. 313-353.
- MURTEIRA, H. (1994) – Freguesia de S. Paulo. In SANTANA, F.; SUCENA, E., dirs., *Dicionário de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, Lda.
- Museu Nacional do Azulejo – *Cronologia do Azulejo em Portugal*, p. 2. [http://www.museudoazulejo.pt/Data/Documents/Cronologia%20do%20Azulejo%20em%20Portugal.pdf. Data da consulta: 01/2015].
- OLIVEIRA, E. (1904) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VI. Lisboa: Thyphographia Universal.
- OLIVEIRA, F. (2012) – *Espólio de Idade Moderna, provenientes do Beco das Barrelas, Alfama*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- PINTO, M.; FILIPE, I.; MIGUEL, L. (2011) – Cachimbos de caulinos provenientes do Mercado da Ribeira: contributo para a história sócio-económica da Lisboa Moderna. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º 7, p. 41-47.
- PLEGUEZUELO, A. (2000) – Cerámicas para agua en el Barroco Español: una primera aproximación desde la literatura y la pintura. *Ars Longa: cuadernos de arte*, 9-10, p. 123-138.
- ROSSA, W. (1990) – *Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- SARRAZOLA, A.; BETTENCOURT, J.; TEIXEIRA, A. (2013) – Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar. *Revista Património*, 1, p. 143-146.
- SIMÕES, S. (2015) – Uma panela na Rua da Saudade, Lisboa – Legado de populações escravas em Portugal? In SAEZ DE LA FUENTE, I.; TEJERIZO, C.; GONZÁLEZ, L.; HERNÁNDEZ I, B.; HERNANDO, C., coords., *Revista Arkeogazte – Arqueologías sociales. Arqueología en Sociedad. Actas das VII Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Vitoria-Gasteiz: Arkeogazte, p. 151-160.
- SOUSA, É. (2005) – Tipologias das formas de açúcar dos séculos XVI e XVII da Cidade de Machico, Ilha da Madeira. In BICHO, N.; CARVALHO, A. coords., *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve, p. 307-313.
- VALENSTEIN, S. (1989) – *A Hand Book of Chinese Ceramics*. New York: The Metropolitan Museum of Art.
- VIDAL, A. (1994) – *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*. Lisboa: Editora Veja.

CARTOGRAFIA

- Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000 folha 431 Lisboa*. Série M888 4.ª ed. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 1993.
- FOLQUE, Filipe (1871) – *Planta topográfica da cidade de Lisboa*. Lisboa: Museu da Cidade de Lisboa (Colecção Cartografia, MC.GRA.480).
- RIBEIRO, João Pedro (1947) – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel. Lisboa, 1947*. Lisboa: Museu da Cidade de Lisboa (Colecção Cartografia, MC.GRA.35).

PRODUÇÕES CERÂMICAS MANUAIS DO PERÍODO MODERNO

UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

FILIPE SANTOS OLIVEIRA Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH/UNL-UAc,
filipe.alexandre.oliveira@outlook.com

SÓNIA VASCONCELOS BROCHADO Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH/UNL-UAc,
soniaavbrochado@gmail.com

RESUMO O presente trabalho incide numa produção cerâmica do período Moderno em particular, cuja visibilidade no registo arqueológico se apresenta crescente, apesar de ainda pouco referida.

Através de um repertório formal limitado e um cunho fortemente distinto conferido pelas pastas mal depuradas e superfícies brunidas, estas peças facilmente se individualizam do universo material mais vasto que necessariamente integram.

Procurar-se-á assim caracterizar este fabrico, uma produção aparentemente local que contudo segue técnicas e gostos exógenos à sociedade portuguesa Moderna, e também, com o apoio em dados estratigráficos sólidos, definir a sua cronologia, aventando ainda possíveis explicações para o significado da sua presença em contextos lisboetas setecentistas e sublinhando o interesse metodológico para o seu estudo.

PALAVRAS CHAVE Século XVIII, cerâmica manual, produções exógenas

ABSTRACT The present work focuses on a particular ceramic production from the Modern period, whose visibility on the archaeological records has been growing, although mentioned seldom.

Because of its limited formal repertoire and a strong distinctive nature conferred by coarser fabrics and burnished surfaces, these pieces are easily identifiable from the broader material universe that they necessarily integrate.

We will thus characterize this manufacture, a seemingly local production which, however, follows techniques and tastes exogenous to the Portuguese Modern society, and also, with support on solid stratigraphic data, set its timeline, with possible explanations for the meaning of its presence in eighteenth century Lisbon contexts and stressing the methodological interest to its study.

KEYWORDS 18th century, manual ceramics, exogenous productions

OS CONJUNTOS CERÂMICOS – CARACTERIZAÇÃO

O objecto do presente estudo corresponde a uma produção cerâmica, executada manualmente e sem recurso a torno, com um repertório formal composto por peças de cozinha de perfil aberto e fechado.

Aquando da sua produção foram utilizadas pastas de tonalidades castanhas/avermelhadas, submetidas a reduzidas práticas de depuração, observando-se no seu cerne uma grande quantidade de E.N.P.'s, nomeadamente grandes acumulações de elementos micáceos e quartozos (figura 1). As superfícies apresentam um tratamento por brunimento (figura 2), possivelmente com recurso a um seixo de rio, o qual lhes atribui um característico lustro de tonalidade avermelhada ou castanha-avermelhada, apenas ausente na base ou fundo destas peças. Por fim, estes vasos parecem ter sido submetidos a um processo de cozedura de cariz



1. Pormenor de fractura em peça manual, mostrando pasta.
© Filipe Oliveira

oxidante com arrefecimento reductor, apresentando-se no cerne dos seus bojos uma coloração escura, entre o castanho-escuro e o preto.

O universo tipológico desta produção demonstra um claro ênfase nas peças de cozinha, nomeadamente duas formas básicas, as panelas e as frigideiras, embora se observem algumas variações nas proporções destes vasos devido ao cariz manual do seu método de execução (figura 4-A).

A forma mais comumente identificada é a de panelas, surgindo em dois tipos. O primeiro – tipo 1 – (figura 3-A), apenas identificado nos trabalhos de Guilherme Cardoso (2009), apresenta bordo introvertido de perfil semi-circular que se desenvolve directamente em corpo de perfil globular, algo achatado, do qual se desenvolvem duas pegas opostas de perfil semi-circular. O fundo mostra-se algo aplanado. Um segundo tipo de panela – tipo 2 – (figura 3-B) mostra bordo simples ou algo biselado, encimando colo curto que se desenvolve em corpo, de parede espessas, com forma bojuda ou algo ovóide, terminando em fundos convexos e base mais ou menos aplanada. No arranque do colo mostram duas asas de rolo, opostas, de perfil semi-circular. Outra forma de cozinha observada nesta produção são as frigideiras (figura 3-C), mostrando forma semi-hemisférica algo achatada com bordo simples de perfil arredondado e marcado por duas pegas opostas de perfil sub-triangular, assentando estas peças sobre fundos convexos de base aplanada.

Recentemente foram identificados dois exemplares de asas de rolo (figura 4-B), similares às observadas nas panelas de tipo 2, mas cujas dimensões indicam pertencerem a grandes recipientes. Infelizmente, a ausência do restante corpo das peças dificulta averiguar se pertence simplesmente a exemplares de panelas de grandes proporções ou a uma forma previamente não identificada.

Nos vários exemplares identificados no decorrer deste trabalho, e mediante uma análise macroscópica dos seus fragmentos, foi possível identificar marcas de uso

como esboçamento dos bordos, múltiplas abrasões na sua superfície, e ainda marcas de uso ao fogo que as panelas e frigideiras exibem nos seus fundos, comprovando que foram alvo de um uso quotidiano contínuo, não funcionando como peças de uso meramente decorativo.

O ESTADO DA QUESTÃO

A primeira menção a este tipo de produções cerâmicas na bibliografia portuguesa encontra-se em *Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto, Cadaval)*, um trabalho de Guilherme Cardoso (2009, p. 43-82) onde é apresentado o estudo do espólio proveniente das suas escavações na área de Montejunto. De entre a cultura material tipicamente moderna, destaca um conjunto de vasos aos quais atribui um carácter forâneo, embora sem aprofundar particularmente o tema.

Num segundo artigo, Guilherme Cardoso e Luís Barros (2008) dedicam-se exclusivamente a este tipo de produções, somando ao conjunto já apresentado outros exemplares provenientes de diversos contextos em Almada, Cadaval e Cascais. Produzindo uma primeira organização tipológica e apresentando uma análise macroscópica das suas pastas e tratamentos de superfície, mais uma vez os autores defendem uma origem externa para os oleiros, propondo que o/os centros produtores se situariam na cidade de Lisboa, ou arredores (Barros e Cardoso, 2008, p. 360).

Um dos autores do presente artigo, no decorrer da sua dissertação de mestrado (Oliveira, 2012), e incidindo no universo mais amplo de um contexto habitacional moderno lisboeta, identificou e descreveu alguns recipientes pertencentes a este tipo de produção, ali exumados de contextos datados da segunda metade do século XVIII.

Recentemente Sara Simões (2015) dedicou também alguma atenção a este tipo de produções, procurando desenvolver o tema da sua inserção geocultural e problemáticas inerentes à sua presença em contextos portugueses de finais da Idade Moderna, nomeadamente a sua conotação com comunidades africanas, escravas ou libertas.

Como foi possível observar, estes acervos têm sido alvo de reduzida atenção, pelo que procuraremos, contribuir com novos dados para esta questão.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA E CRONOLÓGICA

A relativa obscuridade a que esta produção foi relegada, devido talvez à sua aparência simples e baixa representatividade no universo cerâmico de período moderno, resultou num vazio de informação junto dos conjuntos já estudados, que tivemos de ultrapassar para a execução deste estudo.

Assim, precedendo a execução deste artigo, foi realizado um inquérito a contextos publicados e aos acervos presentes em depósitos da Câmara de Lisboa com vista a identificar sítios nesta cidade que tivessem oferecido exemplares deste espólio. No geral, os resulta-



2. Exemplares que atestam diferentes tratamentos de superfície.
© Filipe Oliveira

dos destes contextos encontram-se todos publicados, não se procurando neste artigo tanto o tecer de novas considerações sobre os respectivos sítios, mas apenas o assegurar de uma correcta caracterização das realidades donde estes recipientes foram recuperados.

Tomando a cidade de Lisboa como principal enfoque deste estudo, por se apresentar como o maior pólo económico e populacional em Portugal continental durante os séculos do estudo em questão, foi possível identificar exemplares espalhados um pouco por toda a malha urbana (figura 5). As intervenções desenvolvidas por Irisalva Moita no Hospital Real de Todos os Santos (1) durante a década de 60 (Moita, 1964-66) permitiram identificar alguns fragmentos de painéis, incluindo um exemplar completo, de entre os depósitos associados ao seu abandono (terceiro quartel do XVIII). Na continuação destes trabalhos, em 2001, dirigidos por Rodrigo Banha da Silva (Silva e Leite, 2015, p. 49), foram recuperados mais fragmentos desta produção, nomeadamente fragmentos de painéis de tipo 2. No sítio do Mandarin Chinês (2), situado em plena Baixa Pombalina, foram identificados múltiplos vestígios da ocupação pré-terramoto, nomeadamente dois arruamentos e vários vestígios de contextos ocupacionais incluindo uma estrutura industrial. Nos depósitos de amortização destes ambientes foram recuperados, de entre vasta cultura material do XVIII (Amaro, 1994, p. 229-230), também alguns exemplares de cerâmica produzida manualmente.

Intervenções junto ao Palácio do Conde de Penafiel (3), decorridas entre 1992-93 (Silva e De Man, 2012) e cujos resultados ainda não se encontram publicados, resultaram na identificação de vários depósitos relativos aos aterros da antiga residência do Correio Mor do reino, para a construção do edifício pós-terramoto. Entre esses materiais foram também identificados exemplares destas peças brunidas.

Na rua das Pedras Negras (4), outra intervenção dos anos 90 (Silva e Guinote, 1998, p. 285) cujos estudos também não foram ainda publicados, foram identificados fragmentos destas cerâmicas manuais, juntamente com outros acervos datáveis do século XVIII, todos

provenientes dos aterros oitocentistas que formam os depósitos na base do actual nível de circulação.

Fomos também informados da presença de alguns fragmentos desta produção provenientes das intervenções dos anos 80 (Fernandes, 2015, p. 56) na área do Teatro Romano (5), incluindo uma painéis de tipo 2 completa. No entanto, não nos foi possível confirmar esta afirmação, nem verificar de que contextos estes exemplares resultaram.

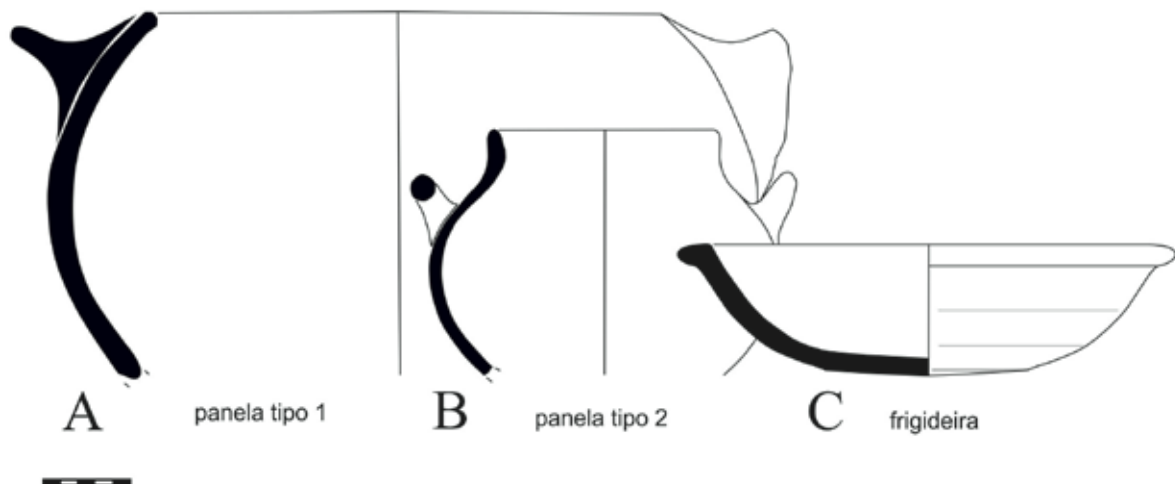
Tomámos ainda conhecimento de um exemplar exumado em depósitos escavados na área de São João da Praça (6) (Pimenta *et al.*, 2005), os quais apresentavam alguma cultura material datável dos finais do século XVII e inícios do século XVIII.

Aponta-se ainda um contexto de descarte na Rua da Saudade (7), um espaço habitacional de construção pombalina com várias reformulações estruturais já da época contemporânea (Prata *et al.*, 2013, p. 1044). O local apresentava evidências ocupacionais datáveis do período pré-terramoto, tendo sido dos níveis de amortização deste espaço que foi recuperada uma painéis completa de tipo 2, a qual foi posteriormente usada por Sara Simões como base do seu estudo (Simões, 2015).

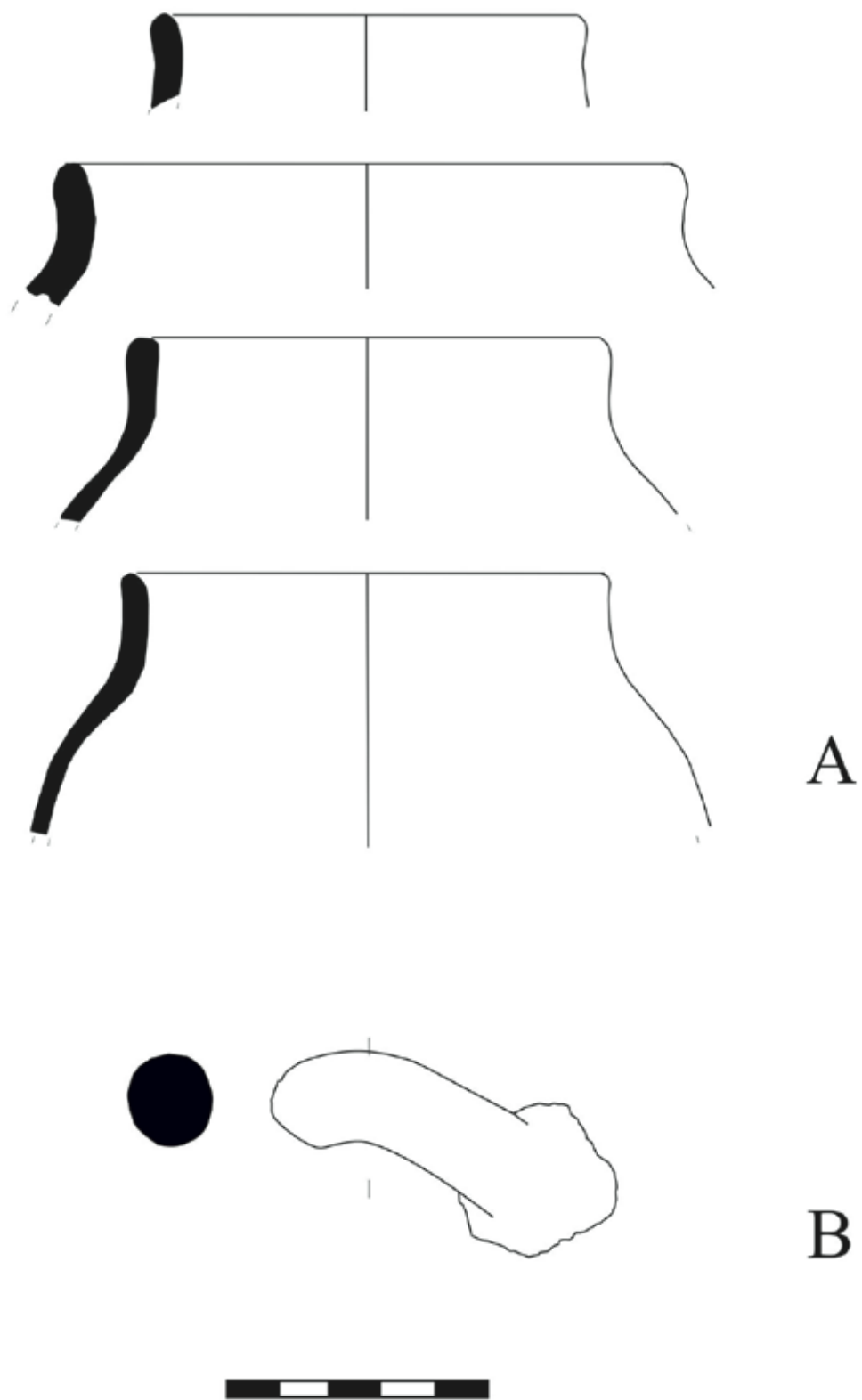
Outro caso examinado é o de um fragmento de asa de painéis de tipo 1, identificado numa das fossas de descarte do Convento do Campo de Santana (8), onde primavam produções oleiras comuns à centúria de oitocentos (Gomes e Gomes, 2007).

Durante trabalhos de acompanhamento, ainda não publicados, decorridos na rua Salvador Correia de Sá (9), na freguesia de Santa Catarina, foram identificados contextos de nivelamento da área com recurso a depósitos de aterro, contendo diversa cultura material datável de finais do século XVII e inícios do século XVIII, entre os quais se encontrava um exemplar de uma asa de rolo de grandes dimensões.

Aquando dos trabalhos de escavação do Mercado da Ribeira (10) foram recuperados, entre os depósitos de aterro datáveis de finais do século XVII e inícios do século XVIII, vários fragmentos desta produção equivalentes a 4 painéis de tipo 2 (Ferreira, 2015, p. 72-74).



3. Tipologias identificadas – Painéis de tipo 1, tipo 2 e frigideiras.



4. Tipologias identificadas – variações formais nas panelas de tipo 2 e asas de rolo de grandes dimensões.

No sítio do Beco das Barrelas em Alfama (11), um contexto habitacional marcado por uma sequência ocupacional de finais do século XVI até aos nossos dias, surgiram exemplares de cerâmicas manuais todos em níveis de amortização dos pisos de meados do XVIII, desactivados aquando do terramoto de 1755. Foi neste local que surgiram os primeiros fragmentos de frigideiras, juntamente com fragmentos de painéis de tipo 2 (Oliveira, 2012, p. 127-130).

Por último, na Rua do Ouro (12), em trabalhos ainda a decorrer que incidem em níveis de aterro associados aos processos de reconstrução pós-terramoto (segunda metade do século XVIII), foram identificados alguns fragmentos de cerâmicas manuais, nomeadamente um exemplar de asa de rolo de grandes dimensões, e um bordo com arranque de asa de uma panela de tipo 2.

Fora da cidade de Lisboa, nomeadamente nos casos apresentados por Cardoso e Barros (2008), os materiais dispersam-se por territórios em torno da capital, como Cadaval, Cascais e Almada. A natureza destes sítios é diversificada, sendo possível observar-se tanto contextos urbanos como rurais.

Quanto aos contextos urbanos, temos o caso das escavações dos Paços do Concelho em Almada, onde estas peças estão inseridas em depósitos datáveis dos finais do século XVII/ inícios do século XVIII (Barros e Cardoso, 2008, p. 350), padrão que se repete na Rua Henriques Nogueira, onde alguns exemplares de painéis foram recuperados de níveis datados pelo autor como do século XVII (Barros e Cardoso, 2008, p. 353).

No Cadaval, mais concretamente em Montejunto (Barros e Cardoso, 2008, p. 352, 356 e 358), estes surgem em depósitos associados à cerca do convento da Nossa Senhora das Neves, podendo-se aqui remeter para um paralelo com a situação observada no Convento de Santana em Lisboa.

Por último, em Cascais, encontram-se ligados a um contexto rural, especificamente um lugar de vinho em Alapraia onde foram identificados alguns fragmentos em depósitos associados aos séculos XVII-XVIII (Barros e Cardoso, 2008, p. 357).

Embora tenhamos identificado vários pontos onde exemplares desta produção foram recuperados, até ao momento da execução deste trabalho estes surgem apenas em contextos de aterro, depósitos de descarte e lixeiras associadas a processos de remodelação urbana ou desactivação de pisos ou estruturas.

Esta circunstância dificulta a associação destas peças a contextos de uso ou consumo específicos, embora se considere plausível que estes fragmentos emanem de pontos próximos do local da sua exumação, tendo em consideração as práticas de manipulação de lixos domésticos da sociedade portuguesa moderna.

É possível, no entanto, afirmar que o período em que esta massa cerâmica esteve em uso terá sido algures entre os meados do século XVII até meados do século XVIII.

Observando o mapa da dispersão destes achados pela malha urbana da cidade de Lisboa (figura 5), a quantidade e alcance destes materiais parece reforçar a ideia de um ou mais pontos de produção na própria cidade ou nas suas imediações, o qual responderia a uma procura bastante específica.



5. Mapa da dispersão desta cultura material pela cidade de Lisboa.

INTEGRAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

No entanto, consideramos que ainda falta um elemento crucial à sua caracterização: a sua integração num contexto cultural que nos permita definir quem as poderá ter produzido e em que circunstâncias.

Como já foi referido, este trabalho não é o primeiro a incidir sobre esta produção cerâmica, tendo alguns autores (Cardoso e Barros, 2008; Oliveira, 2012; Simões, 2015) já reconhecido a sua exógenia e proposto uma proveniência de cariz africano para os seus modelos e oleiros.

Em todos estes casos, os autores alicerçam a sua arguência no aspecto e técnica produtiva destes vasos, tão distinta dos típicos acervos cerâmicos portugueses dos séculos XVII-XVIII. Assim, e embora de momento não existam dados concretos que confirmem uma origem africana para estas peças, os modelos e técnicas apresentados reflectem um conjunto de práticas oleiras mais rudimentares, as quais se apresentam similares a produções cerâmicas locais de territórios em Angola e Moçambique (Rodrigues, 2006).

No entanto, a questão mantem-se: como chegariam estas produções à Lisboa dos séculos XVII e XVIII? Sara Simões no seu trabalho levanta uma hipótese, com a qual concordamos, e que acreditamos que poderá responder a esta questão.

O processo de Expansão Portuguesa promoveu a movimentação de alguma população de origem africana, na grande maioria dos casos com o objectivo de servir de mão-de-obra tanto no território de Portugal continental e respectivos territórios ultramarinos, como para alimentar a rede de comércio escravo que crescia um pouco por toda a Europa (Boxer, 2001, p. 41-42).

Em Lisboa, nos finais do século XVI, este influxo demográfico de população africana rondaria os 10 000 indivíduos, o que, entre escravos e libertos, corresponderiam a cerca de 10% dos habitantes da capital



6. Pormenor do painel de azulejos *Grande panorama de Lisboa*, representando o Bairro do Mocambo. MNAz, inv.º 1. Museu do Azulejo, Lisboa.

(Henriques, 2009, p. 44). Contudo, a sua presença não se limitava à capital, registando-se um pouco pelo restante país.

Oriundos de diferentes pontos de África, estes grupos eram compostos por pessoas de diferentes origens e habilitações, que desempenhavam uma miríade de actividades na sociedade portuguesa, desde a indústria ao comércio.

À semelhança de outras comunidades estrangeiras, estes elementos foram também alvo de processos de segregação social, formando bairros próprios dentro da cidade, dos quais o melhor exemplo será o bairro do Mocambo (figura 6), descrito por Bluteau, ao qual foi atribuído um alvará régio em 1594 (Henriques, 2009, p. 47). Aqui se juntavam escravos e libertos (Henriques, 2009, p. 59), e também aqui encontravam o espaço necessário para desenvolver as suas vidas quotidianas (Henriques, 2009, p. 57), as quais incluíam tanto práticas culturais específicas, como também as actividades diárias, tais como o comércio e indústria, da qual se destaca a olaria. De facto, no painel azulejar *Grande panorama de Lisboa* (Museu Nacional do Azulejo), datável de inícios do século XVIII, podemos observar a representação de vários fornos em actividade, talvez ligados a práticas oleiras.

A instalação de populações de diferentes origens neste bairro a partir de finais do século XVII, e o processo de expansão urbanística da cidade no pós-terramoto, levou ao eventual desaparecimento da coesão cultural desta zona, dissipando os seus habitantes de origem africana pela restante malha urbana, onde passam a coabitar com a restante gente da cidade, mantendo a sua ligação às actividades conotadas com a vida ribeirinha, a construção, a indústria e o comércio.

Deste modo, podemos considerar que as cerâmicas objecto deste estudo representem uma manifestação

material da presença destas comunidades de origem africana, que desempenhavam as suas funções por toda a cidade.

Estas peças corresponderiam assim ao produto de práticas industriais desenvolvidas nestes bairros, por indivíduos conhecedores de práticas e técnicas tradicionais, e que reproduzindo um repertório formal limitado mas prático responderiam às necessidades mais básicas desta população: a necessidade de recipientes para a confecção de alimentos. Perante esta lógica, compreende-se a redução destas peças a formas de cozinha, e sobretudo as grandes dimensões das panelas de tipo 1, possivelmente destinadas a um uso comunitário.

A própria dispersão destes achados poderá auxiliar esta hipótese. Alguns dos fragmentos identificados surgiram no interior da cerca de conventos, como Santana, em Lisboa, e Montejunto, no Cadaval. Estas estruturas conventuais apresentavam grande necessidade de mão-de-obra para a manutenção dos espaços e dos terrenos associados, recorrendo como tal a escravos ou trabalho barato na forma de africanos libertos. Assim, a presença de panelas de grandes dimensões (tipo 1) fará sentido, numa lógica de alimentação de grandes números de indivíduos. A mesma circunstância parece estar representada em Alapraia, Cascais, onde um casal agrícola poderia fazer uso de mão-de-obra escrava nas suas actividades quotidianas.

No que concerne à restante malha urbana lisboeta, é possível observar que a dispersão destes materiais parece focar-se na frente ribeirinha dos bairros Orientais (Alfama) e Ocidentais, ou seja, em áreas associadas aos elementos mais empobrecidos da sociedade lisboeta do período Moderno, e zonas onde se desenvolviam várias actividades industriais (como a forja do Mandarim Chinês) ou associadas ao mar, como a pesca

e outras actividades fluvio-marítimas e onde certamente estariam envolvidos indivíduos provenientes de bairros como o Mocambo.

De facto, foi-nos possível identificar um processo similar, no Novo Mundo e Caraíbas, onde surgem cerâmicas definidas na historiografia anglo-saxónica como *colonoware* (figura 7). Estas produções, morfológicamente muito similares com o objecto deste estudo, seriam feitas pelas comunidades africanas de escravos, libertos e por vezes até nativos americanos aculturados, com o objectivo de suprir as suas próprias necessidades ou como elemento de troca entre si (Ferguson, 1992, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objectivo do presente trabalho foi propor uma hipótese de trabalho para o prosseguir da investigação sobre o tema destas cerâmicas manuais, através da análise das informações até agora obtidas e da apresentação de novos dados sobre estas peças e sua dispersão na malha urbana de Lisboa.

Embora tenham sido feitos importantes contributos para a compreensão desta produção, ainda existem questões de relevo que necessitam de ser respondidas. A natureza africana destas produções ou dos modelos reproduzidos, facto aceite pelos vários investigadores que se debruçaram sobre o tema, ainda se baseia em estudos comparativos da sua natureza técnica e tipológica. Acreditamos que uma abordagem mais detalhada e alicerçada em análises arqueométricas nos poderá ajudar a confirmar estas afirmações e auxiliar na definição de locais de produção e talvez até discernir padrões de troca ou de comércio destas peças.

Do mesmo modo, este trabalho resultou de um inquérito parcial, conduzido sobre uma amostragem reduzida de toda a cultura material exumada na cidade de Lisboa. Como tal, consideramos que um inquérito mais alargado e sistemático associado a um maior reconhecimento destes fragmentos no decorrer de intervenções em contextos dos séculos XVII e XVIII certamente contribuirá com novos dados e permitirá traçar um quadro generalizado da dispersão destes produtos não só na cidade de Lisboa, como também nos seus arredores.

Por último, procurámos responder a uma questão que nos marcou desde o início, nomeadamente a área de produção destas peças. Aceitando-as como produto da actividade de população de origem africana, es-



7. Exemplares de *colonoware* de contextos nas Caraíbas.
© Joseph, 2005

cravos ou libertos, consideramos que a sua execução, segundo técnicas tão particulares, deverá ter ocorrido num contexto específico, onde a sua cultura é fortemente representada através das suas actividades diárias. Assim apontamos os bairros e arrabaldes onde estas pessoas se juntavam como o ponto mais provável para a presença destas olarias tradicionais, talvez quase familiares.

Esta premissa carece no entanto de confirmação a qual, acreditamos, só poderá ser obtida via intervenções arqueológicas nas áreas conhecidas por albergarem estas comunidades, das quais o exemplo histórico mais significativo será o próprio bairro do Mocambo, na esperança de se identificarem vestígios de produção oleira, como fornos ou fossas de descarte de vestígios de produção.

Seguindo ainda a lógica já defendida por Sara Simões, consideramos que estes recipientes poderão funcionar como bons indicadores da presença de comunidades africanas, oferecendo assim aos investigadores uma ferramenta para a caracterização de certos contextos habitacionais, através da identificação de elementos ou padrões que de outro modo seriam invisíveis.

Concluindo, esperamos que este artigo tenha contribuído para a caracterização desta curiosa produção cerâmica, oferecendo a outros que pretendam desenvolver este tema um conjunto de informações e elementos básicos ao seu estudo, ou simplesmente facilitando a sua identificação e caracterização àqueles que contactam com elas em contextos de escavação.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; RAMALHO, M. (1994) – A Baixa pombalina: alguns aspectos urbanísticos. In *Actas das V Jornadas arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 227-237.

BARROS, L.; CARDOSO, G. (2008) – Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11: 2, p. 347-360.

BOXER, C., (2001) – *O Império Marítimo Português – 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.

CARDOSO, G. (2009) – Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejuento, Cadaval). In *Actas do 1.º Encontro de Cultura e Património do Cadaval – Conhecimento e valorização cultural no concelho do Cadaval, 19 de Maio de 2007*. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, p. 43-82.

- FERGUSON, L. (1992) – *Uncommon Ground: Archaeology and Early African America, 1650-1800*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- FERNANDES, L. (2015) – Habitar em Lisboa nos séculos XV e XVI: modos de vida e de construir. In TEIXEIRA, A.; VILLADA, F.; SILVA, R., coords., *Lisboa 1415 Ceuta - história de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta / Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta / Câmara Municipal de Lisboa, p. 54-56.
- FERREIRA, S. (2015) – *O sítio do forte de São Paulo: estudo arqueológico da Ribeira Ocidental de Lisboa na época moderna*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- GOMES, R.; GOMES, M. (2007) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares. *Olisipo: Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*, IIª Série, n.º 27, p. 75-92.
- HENRIQUES, I. (2009) – *A Herança Africana em Portugal – séculos XV-XX*. Lisboa: CTT – Correios de Portugal.
- IVOR, N. (1962) – An Indian Ware of the Colonial Period. *Quarterly Journal of the Archaeological Society of Virginia*, 17: 1, p. 2-14.
- JOSEPH, J. (2005) – *African-American Archaeology and Colonowares from the Charleston Judicial Center Site*. [<http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1162&context=adan>. Data da consulta: 27/01/2016]
- MOITA, I. (1964-1966) – Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro 1960). *Revista Municipal*, n.º 104-105, p.101-111.
- OLIVEIRA, F. (2012) – *Espólio de Idade Moderna, proveniente do Beco das Barrelas, Alfama*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- OLIVEIRA, F.; VIEIRA, V. (2013) – A evolução de um contexto habitacional moderno. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., coords., *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1041-1045.
- PRATA, S.; DIAS, D.; CUESTA-GÓMEZ, F. (2013) – A memória de um espaço urbano - trabalhos deacompanhamento arqueológico na reabilitação do n.º 2 da Rua da Saudade (freguesia de Santiago, Lisboa). In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., coords., *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1041-1045.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua São João da Praça. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8: 2, p. 313-334.
- RODRIGUES, M. (2006) – A primeira cerâmica “tradicional recente” proveniente de Tete (Província de Tete, Moçambique). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9: 1, p. 197-223.
- SILVA, R.; GUINOTE, P. (1998) – *O quotidiano da Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos espaços e objectos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- SILVA, R.; DE MAN, A. (2012) – Palácio dos Condes de Penafiel: a significant Late-Antique context from Lisbon. In GONÇALVES, M.; GÓMEZ, S., coords., *Actas do X Congresso Internacional "A cerâmica Medieval no Mediterrâneo"*. Silves: Câmara Municipal de Sives / Campo Arqueológico de Mértola, p. 397-402.
- SILVA, R.; LEITE, A. (2015) – O Hospital Real de Todos-os-Santos. In TEIXEIRA, A.; VILLADA, F.; SILVA, R., coords., *Lisboa 1415 Ceuta – história de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta / Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta / Câmara Municipal de Lisboa, p. 49-53.
- SIMÕES, S. (2015) – Uma panela na Rua da Saudade, Lisboa – legado de populações escravas em Portugal? / A pot at Rua da Saudade, Lisbon – legacy of slave populations in Portugal? In SAEZ DE LA FUENTE, I.; TEJERIZO, C.; GONZÁLEZ, L.; HERNÁNDEZ I.; HERNANDO, C., coords., *Revista Arkeogazte – Arqueologías sociales. Arqueología en Sociedad. Actas de las VII Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Vitoria-Gasteiz: Arkeogazte, p. 151-160.